



O **POWER** – Promote sexWorkErs Rights - é um projeto promovido pela APDES/PortoG e financiado pela Open Society Foundations (OSF). Este projeto, lançado em novembro de 2018, vem complementar e reforçar o trabalho de advocacy da APDES de promoção dos direitos das pessoas que fazem trabalho sexual, reconhecendo-as como protagonistas na identificação de necessidades, na avaliação de medidas legislativas e na formulação de políticas públicas relacionadas à sua atividade e seus direitos.

O **POWER** afirma-se como uma estratégia concertada de *advocacy* que visa aumentar a influência política nos processos de decisão por quem melhor conhece o fenómeno do trabalho sexual, por meio de ações de articulação de pares, aquisição de repertório no que diz respeito à produção ativista internacional sobre os direitos das pessoas que fazem trabalho sexual e a constituição de um grupo dedicado a pensar no fortalecimento da atuação política deste coletivo.

O projeto consiste num modelo dinâmico formado por três componentes interdependentes:

Colaboração na organização de coletivos de pessoas que fazem trabalho sexual

Consideramos urgente que a voz dessas pessoas seja reconhecida e que elas sejam protagonistas do seu ativismo, acedam a financiamentos, constituam organizações, proponham alterações nas políticas públicas, falem na primeira pessoa sobre as suas reivindicações e empoderem outras pessoas e coletivos.

Constituição de um *Think Tank* multidisciplinar

Para produzir conhecimento, elaborar propostas de políticas públicas e planos de ação que estejam em consonância com as reivindicações das pessoas que fazem trabalho sexual.

Consideramos urgente aumentar a influência política de quem melhor conhece o fenômeno, bem como instrumentos que garantam a proteção dos seus direitos humanos

Tradução para a língua portuguesa de materiais de *advocacy*

Tradução para a língua portuguesa de materiais de *advocacy* relacionados com direitos humanos, questões legais, marcos regulatórios, saúde, estigma e discriminação de pessoas que fazem trabalho sexual.

Consideramos urgente informar a comunidade lusófona sobre o movimento global pelos direitos das pessoas que fazem trabalho sexual e garantir o acesso à informação isenta de julgamentos moralistas e baseada em evidências empíricas.